

ESP-CTO.DET.PROV.´DR.CALIXTO ANTONIO´-SBDOCA

Edital 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	380233-ESP-CTO.DET.PROV.´DR.CALIXTO ANTONIO´-SBDOCA	LEANDRO MARCILIO DOS SANTOS	21/05/2026 14:47 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00208264/2026-98

Folha Inaugural.

PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026
CONTRATANTE (UASG) (380233)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores do Centro de Detenção Provisória “Dr. Calixto Antônio” de São Bernardo do Campo, pelo período de 30 (trinta) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 826.633,51

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 10/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

1. Do objeto

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA “DR. CALIXTO ANTÔNIO” DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

(Processo Administrativo nº 006.00208264/2026-98)

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária, através do Centro de Detenção Provisória “Dr. Calixto Antônio” de São Bernardo do Campo, sediado a Estrada Yae Massumoto, nº 800, bairro Cooperativa, na cidade de São Bernardo do Campo / Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação da prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de etanol, diesel, óleo lubrificante, fluido de freio, filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível, durante o período de 30 (trinta) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento .

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Total Mensal, sem taxa de administração;

5.1.2. Taxa de Administração;

5.1.2.1. Será admitida taxa de administração negativa. O percentual referente à Taxa de Administração deverá ser aplicado sobre o valor total de gastos com abastecimentos, serviços complementares, já considerados todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI).

5.1.3. Total Mensal, com taxa de administração;

5.1.4. Valor Total para 30 meses.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2.140,00 (dois mil e cento e quarenta reais) para o item 01.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo conforme o critério de julgamento no início deste Edital definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não se aplica

6.20.2. Não se aplica

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.09. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta .

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.14. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.14.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (TRINTA por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz .

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico www.sei.sp.gov.br (Processo SEI Nº. **006.00166726/2026-92**).

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Não se aplica

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **administrativo@cdpsbcampo.sap.sp.gov.br** c/c **guilhermenogueira@sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema do Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.doe.sp.gov.br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de **Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. não se aplica;

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (DOIS)** dias, contados a partir da data de sua convocação, **para assinar o Termo de Contrato**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a **utilização de meio eletrônico**, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.doe.sp.gov.br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I- Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Termo de Referência ;

14.15.3. ANEXO III – Modelo referente a Planilha de Proposta;

14.15.3. ANEXO IV – Modelo de Declaração Exigida Para Habilitação;

14.15.4. ANEXO V – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável - Resolução SAP nº 49/2024.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO MARCILIO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:47:21.

GUILHERME AUGUSTO MESQUITA NOGUEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:47:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP380233_000017_2026__3_.pdf (168.35 KB)
- Anexo II - TR380233_000015_2026 (3).pdf (254.43 KB)
- Anexo III - ANEXO III.pdf (454.18 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV.pdf (426.08 KB)
- Anexo V - SAP 49.pdf (635.23 KB)

ESP-CTO.DET.PROV.'DR.CALIXTO ANTONIO'-SBDOCA

Estudo Técnico Preliminar 17/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00208264/2026-98

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores da Centro de Detenção Provisória "Dr. Calixto Antônio" de São Bernardo do Campo, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos.

2.2. Tal contratação se faz necessária, pois a frota de veículos oficiais, constitui instrumento estratégico para o cumprimento das atribuições institucionais desta Instituição Penal, especialmente no que tange ao transporte de pessoas privadas de liberdade, à realização escoltas, ao deslocamento de servidores, ao apoio às atividades de saúde, segurança e administrativas, bem como ao atendimento de demandas emergenciais e judiciais. A eventual indisponibilidade, descontinuidade ou a gestão inadequada do abastecimento, comprometeria de forma direta a capacidade operacional da Unidade, com potenciais impactos sobre a ordem, a segurança e a prestação das demais atividades essenciais.

2.3. A adoção de um sistema especializado de gerenciamento de combustíveis, propicia à Administração Pública, expressivo aprimoramento da gestão operacional, financeira e logística, ao assegurar uma ampla abrangência de rede credenciada sob múltiplas bandeiras, possibilitando a escolha racional de estabelecimentos que apresentam a melhor relação custo-benefício, adequada localização e estrita conformidade contratual. Além do mais, a utilização de um sistema informatizado e integrado, viabiliza a geração de relatórios gerenciais e indicadores consistentes, aptos a subsidiar tomadas de decisões, fortalecer os mecanismos de controle, aprimorar a fiscalização da execução contratual e coibir o uso inadequado dos recursos públicos, resultando em ganhos substanciais de eficiência, economicidade e transparência.

2.4. Salienta-se que a administração exauriu integralmente o prazo da vigência do Termo de Contrato CDP SBC nº 002/2021 - Processo SEI nº 006.00040368/2023-46 por meio do 4º Termo Aditivo, conforme estabelecido no §1º da Cláusula Terceira do citado instrumento de contrato, tendo sido sua vigência prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, encerrando-se definitivamente na data de 30/06/2026. Nessa perspectiva, considerando os prazos estabelecidos e a complexidade das fases interna e externa da licitação, tal como, a natureza essencial dos serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e de serviços correlatos, por meio da rede de postos credenciados, torna-se imprescindível e inadiável, assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal.

2.5. Além do mais, objetiva-se uma contratação sustentável, observando de forma rigorosa e permanente, os princípios e diretrizes da sustentabilidade socioambiental, em consonância com a adesão do Governo do Estado de São Paulo à Agenda 2023 da Organização das Nações Unidas, com a Política Estadual de Mudanças Climáticas e com a legislação ambiental vigente, impondo-se à contratada e à sua rede credenciada, o cumprimento integral de normas relativas à proteção do meio ambiente, à gestão adequada de resíduos e à mitigação de impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

2.6. Insta salientar, que a aquisição aqui pretendida será conduzida por intermédio de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos dos artigos 28, inciso I; 33, inciso I (Critério de julgamento: Menor Preço) e 56, inciso I (Modo de disputa: Aberto); todos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023; da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável.

2.7. Cumpre elucidar, que para o caso em concreto, considerando o valor estimado para a contratação e a possibilidade de prorrogação do contrato até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, propõe-se à presente licitação, a PARTICIPAÇÃO AMPLA, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Com o objetivo de possibilitar negociações mais vantajosas, que não estariam disponíveis em contratos de curto prazo; bem como, promover a continuidade ininterrupta dos serviços, garantindo a estabilidade operacional e assegurar um planejamento estratégico, com a alocação eficiente de recursos; propõe-se ao procedimento licitatório, o período de 30 (trinta) meses para a vigência inicial do contrato, respeitada a vigência máxima decenal, em consonância com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.9. Tendo em vista, a natureza dos serviços a serem contratados, caracterizados como contínuos e de execução imediata, verifica-se a inviabilidade técnica e econômica da adoção de modelos de locação, uma vez que tais serviços se destinam ao consumo direto e não à disponibilização temporária de bens.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Administração / Infraestrutura	Leandro Marcílio dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

I. A contratação deverá observar a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (estabelece normas gerais de contratação para a Administração Pública, ao Decreto Estadual 67.608, de 27 de março de 2023 (estabelece a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas, no âmbito da Administração Pública estadual), da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional) e demais normas da legislação aplicável.

II. O serviço pretendido, caracteriza-se como de natureza “contínua”, revelando-se indispensável à regularidade e à eficiência das atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal, razão pela qual admite vigência plurianual, em estrita consonância com o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021. Frisa-se, que em razão de suas características operacionais e da forma de execução, a prestação não demanda dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco a alocação permanente de empregados nas dependências da Unidade Prisional, uma vez que sua execução se dá mediante demandas específicas, inexistindo predominância de mão de obra alocada. Tal conformação contratual, confere maior flexibilidade operacional à Administração, favorecendo a racionalização de recursos públicos, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atendendo aos princípios da eficiência e legalidade. A continuidade da contratação está respaldada nas existências de créditos orçamentários a cada exercício financeiro e demonstração objetiva de vantagem administrativa decorrente de sua manutenção, conforme planejamento e com as normas que regem a matéria.

4.1 REQUISITOS TEMPORAIS

I. Propõe-se ao procedimento licitatório, o período de 30 (trinta) meses para a vigência inicial do contrato, estimando-se o início para 01/07/2026 e o término em 31/01/2029, com a possibilidade de prorrogação até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

II. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021. Tratam-se de serviços comuns, haja vista, possuir especificações usuais de mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital.

III. Os serviços serão prestados para o seguinte estabelecimento: **Centro de Detenção Provisória "Dr. Calixto Antônio" de São Bernardo do Campo + APP, Estrada Yae Massumoto, 800, Cooperativa, São Bernardo do Campo- SP, CEP: 09.842-160.**

IV. A Contratada somente poderá iniciar os serviços, após autorização formal e expressa do Contratante, a ser emitida pela administração, observada a data estabelecida na respectiva Ordem de início dos serviços.

4.2 REQUISITOS TÉCNICOS DO OBJETO CONTRATADO

I. O objeto a ser contratado deverá atender, de forma imperativa, a requisitos técnicos que assegurem a implantação e a operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento da frota, com utilização de cartões magnéticos ou microprocessados, apto a viabilizar o controle centralizado, parametrizado e rastreável das despesas com combustíveis, insumos e serviços correlatos, mediante ampla rede credenciada de postos sob múltiplas bandeiras. O sistema deverá permitir a definição de parâmetros de uso e restrições por veículo e por usuário, a adoção de preços-limite referenciados em bases oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como a emissão de relatórios gerenciais e de exceção capazes de subsidiar a tomada de decisões administrativas, o acompanhamento do desempenho da frota e o controle das manutenções preventiva e corretiva. Exige-se, ainda, que a solução tecnológica possibilite a identificação tempestiva de desvios, inconsistências ou utilizações indevidas, elimine a necessidade de adiantamentos financeiros, reduza custos operacionais e administrativos e proporcione maior agilidade, confiabilidade das informações e transparência na gestão dos recursos públicos, assegurando a eficiência, a economicidade e a conformidade da execução contratual com os mecanismos de controle estabelecidos. Do mesmo modo, o objeto contratado deverá atender, de forma rigorosa e permanente, critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioinstitucional, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com a Política Estadual de Mudanças Climáticas e com a legislação ambiental aplicável. A execução dos serviços deverá privilegiar padrões sustentáveis de produção, consumo e descarte, especialmente mediante a adoção prioritária de etanol como combustível em veículos do tipo “flex”, a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, o cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho e a observância integral das diretrizes da Política Nacional de

Resíduos Sólidos, principalmente no que se refere ao recolhimento, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada de óleos lubrificantes usados, resíduos e embalagens. Compete, ainda, à contratada assegurar que sua rede credenciada atue em estrita conformidade com os normativos ambientais vigentes, promovendo impactos ambientais positivos, transparência na execução contratual e aderência aos valores éticos e socioambientais que regem as contratações públicas.

4.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

I – Demonstrar aptidão técnica de operação do sistema integrado de gestão de abastecimento, com comprovada capacidade de processamento, controle e registro de transações em tempo real, assegurando rastreabilidade, confiabilidade e integridade das informações;

II – Comprovar a existência ou capacidade de implantação de rede postos credenciados, compatível com as áreas preferenciais e regiões definidas, garantindo o atendimento contínuo e suficiente às demandas operacionais da Instituição Penal;

III – O sistema deverá possuir arquitetura tecnológica estável, segura e compatível com o acesso via internet, permitindo controle centralizado, parametrização de regras operacionais e mitigação de riscos de uso indevido ou não autorizado;

IV – Possibilitar a identificação inequívoca do veículo e do condutor no ato do abastecimento, por meio de cartão e autenticação por senha, assegurando aderência aos parâmetros definidos pela administração;

V – O sistema deverá permitir a definição e o ajuste de limites de crédito, preços unitários máximos, tipos de combustível autorizados e periodicidade de consumo por veículo, condutos ou unidade administrativa;

VI – O sistema deverá ser qualificado para a emissão de relatórios detalhados, analíticos e consolidados, aptos a subsidiar a gestão administrativa, financeira e operacional da frota, inclusive com identificar desvios de consumo e padrões atípicos;

VII – Deverá ser possível por intermédio do sistema, a viabilidade de integração com outros sistemas de gestão do Contratante, mediante exportação de dados em formatos abertos e amplamente utilizado (.txt, .csv ou .xml), garantindo compatibilidade e continuidade da informação;

VIII – Atendimento aos requisitos mínimos de segurança da informação, assegurando confidencialidade, integridade, disponibilidade e histórico dos dados registrados, inclusive mecanismos de auditoria e controle de acessos;

IX – A empresa deverá possuir aptidão para implantar o sistema em múltiplas unidades operacionais, com fornecimento de suporte técnico contínuo, manutenção do sistema e rápida resposta a incidentes operacionais;

X – A solução deverá contemplar mecanismos que assegurem que os postos credenciados, estejam em conformidade com a legislação fiscal, ambiental e regulatório aplicável, incluindo quando couber, a exclusão automática de estabelecimento penalizados por órgãos competentes;

XI – A empresa deverá possuir capacidade administrativa e financeira, para gerenciar integralmente a rede credenciada, assumindo a responsabilidade exclusiva pelos pagamentos decorrentes do abastecimento de combustíveis e de demais serviços efetivamente realizados; e

XII – A solução deverá demonstrar flexibilidade para expansão do credenciamento de postos e atualização tecnológica do sistema, de forma às demandas operacionais do Contratante ao longo da vigência contratual.

4.4 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

I - A contratação deverá observar, de forma integral, as diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, conforme adesão formal do Governo do Estado de São Paulo (Decreto nº 64.148/2019), bem como os critérios socioambientais previstos no Decreto Estadual nº 50.170/2005, incorporando tais fundamentos desde a fase de planejamento até a execução contratual;

II - O modelo de contratação deverá contribuir para a redução das emissões de CO₂ e demais gases de efeito estufa, especialmente aquelas decorrentes do uso de combustíveis fósseis, em consonância com as evidências científicas consolidadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC);

III – Para os veículos do tipo flex, a execução contratual deverá adotar, como parâmetro obrigatório, a exclusividade no abastecimento com etanol, em alinhamento às políticas estaduais de mitigação das mudanças climáticas;

IV - A contratação deverá observar os objetivos da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC (Lei Estadual nº 13.798/2009, regulamentada pelo Decreto nº 68.308/2024), promovendo padrões sustentáveis de produção, consumo e gestão de insumos, com vistas à redução do impacto ambiental da atividade administrativa;

V - A Administração deverá considerar, na execução e fiscalização do contrato, a relação direta entre emissões veiculares, poluição atmosférica e impactos à saúde pública, reforçando a adoção de práticas que minimizem externalidades ambientais negativas;

VI - A futura contratada e sua rede credenciada deverão atuar em conformidade com princípios éticos, sociais e ambientais, observando integralmente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, bem como às boas práticas de gestão contratual;

VII - A contratação deverá prever mecanismos que assegurem a responsabilização da contratada e de sua rede credenciada por infrações ambientais, inclusive mediante aplicação de sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes;

VIII - A execução do objeto deverá atender aos critérios de sustentabilidade, estendendo-se tal exigência aos estabelecimentos integrantes da rede credenciada;

IX - A contratada deverá assegurar que todos os processos envolvidos na execução do contrato, incluindo abastecimento, manutenção e descarte de resíduos (em especial óleo lubrificante usado ou contaminado), estejam em estrita conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as Resoluções CONAMA aplicáveis e as Normas Brasileiras da ABNT, promovendo destinação ambientalmente adequada e redução de impactos ambientais;

X - A contratada deverá manter programa interno contínuo voltado à redução do consumo de energia elétrica e de água, bem como à minimização da geração de resíduos sólidos no âmbito de suas operações e de sua rede credenciada, observadas as normas ambientais vigentes e as diretrizes de eficiência no uso de recursos naturais;

XI - Na execução do objeto, a contratada deverá assegurar a implementação efetiva de mecanismos de logística reversa, promovendo a coleta, o acondicionamento, o armazenamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada de resíduos e materiais sujeitos a controle ambiental, inclusive embalagens, frascos de aerossol e substâncias potencialmente poluidoras, em estrita conformidade com a legislação ambiental aplicável; e

XII - A contratada deverá manter registros e documentos aptos a comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a adoção e a efetividade das práticas de sustentabilidade ambiental exigidas, inclusive aquelas implementadas por sua rede credenciada, assegurando a rastreabilidade das informações e possibilitando a fiscalização contínua quanto ao cumprimento dos critérios socioambientais estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em atendimento ao disposto no artigo 18, §1º, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado, capazes de atender à necessidade identificada, considerando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de gestão, cujos resultados e conclusões são apresentados a seguir:

I – Constatou-se a existência de mercado competitivo e amplamente estruturado, composto por diversas empresas especializadas na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis, regularmente atuantes junto à Administração Pública, com disponibilidade de sistemas informatizados integrados, utilização de cartões magnéticos ou microprocessados e rede credenciada de postos de combustíveis.

II – Levou-se em consideração, para fins comparativos, alternativas como a contratação direta de postos de combustíveis e modelos convencionais de fornecimento desprovidos de sistema informatizado integrado. Nota-se, que tais soluções apresentam limitações relevantes, sob os aspectos de controle operacional, transparência, gestão administrativa, rastreabilidade de despesas e eficiência econômica, além de implicarem maior ônus administrativo à Administração, quando confrontadas com o modelo de gerenciamento centralizado por empresa especializada.

III – Ademais, avaliou-se a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços, concluindo-se pela sua inviabilidade técnica e operacional. Salienta-se que as atas não contemplam, de forma adequada, as especificidades da frota, a dinâmica operacional, a distribuição geográfica das unidades atendidas, nem os parâmetros de controle, gestão e sustentabilidade demandados por esta Administração. Ademais, a adesão limitaria a capacidade de adequação do objeto às reais necessidades deste estabelecimento, podendo comprometer a eficiência da execução contratual e a obtenção da solução mais vantajosa, em afronta ao princípio do planejamento e da economicidade.

IV – Vê-se que as soluções atualmente disponíveis no mercado apresentam elevado grau tecnológico, com sistemas amplamente utilizados pela Administração Pública, capazes de proporcionar controle em tempo real das operações, geração de relatórios gerenciais, mitigação de riscos de uso indevido e suporte à tomada de decisão, reduzindo assim incertezas quanto à execução contratual.

V – No que se refere aos combustíveis, serviços complementares (Óleos lubrificantes, filtros e fluidos), o levantamento de mercado revelou ampla disponibilidade de tais insumos e serviços, ofertados por uma rede diversificada de estabelecimento, aptos a operar de forma integrada aos sistemas de gerenciamento. Constatou-se que os mencionados itens, possuem natureza comum, sendo usualmente disponibilizados por postos de combustíveis e estabelecimentos credenciados, com capacidade para atendimento à demanda desta Unidade.

VI - Considerando a natureza comum do objeto, a padronização das soluções disponíveis no mercado, a pluralidade de fornecedores aptos à execução e a possibilidade de definição objetiva dos requisitos técnicos e de desempenho, concluiu-se pela viabilidade e

adequação da contratação mediante Pregão Eletrônico em sua forma “tradicional”. Tal modalidade, revela-se mais eficiente para promover a ampla competitividade, assegurar a isonomia entre os licitantes e viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, em estrita conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores do Centro de Detenção Provisória "Dr. Calixto Antônio" de São Bernardo do Campo, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, em regime de menor preço, consoante condições, quantidades, exigências e estimativas especificadas.

6.2. Para a aquisição em apreço será adotada o modo de disputa “ABERTO”, para que os licitantes apresentem suas propostas de forma pública e transparente, competindo em igualdade de condições para o fornecimento dos produtos requeridos, consoante condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital.

6.3. A solução proposta, consiste na contratação de empresa especializada para implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento da frota, mediante utilização de cartões magnéticos ou microprocessados, vinculados a veículos e condutores previamente cadastrados. O sistema abrangerá o fornecimento de combustíveis (gasolina, etanol e diesel), bem como a execução de serviços correlatos e complementares, tais como lavagens veiculares, fornecimento de óleos lubrificantes, filtros e fluidos, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, assegurando padronização operacional, rastreabilidade das transações e centralização da gestão.

6.4. O modelo adotado viabiliza o controle rigoroso e tempestivo das despesas da frota oficial deste estabelecimento penal, mediante a geração de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, permitindo à Administração acompanhar consumo, quilometragem, frequência de abastecimentos, manutenções preventivas e corretivas, bem como identificar desvios de padrão e utilizações inadequadas.

6.5. A disponibilização de rede credenciada sob múltiplas bandeiras confere flexibilidade operacional e favorece a escolha de estabelecimentos com preços mais vantajosos, observados os parâmetros contratuais e os limites definidos com base em referências oficiais, especialmente no que tange aos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. A centralização do gerenciamento elimina adiantamentos financeiros, reduz custos administrativos indiretos e potencializa ganhos de escala, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa e para a racionalização do gasto público.

6.6. A contratação está alinhada às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental adotadas pela Administração, principalmente à Agenda 2030 da ONU, à Política Estadual de Mudanças Climáticas e às normas que regem as contratações públicas sustentáveis. A priorização do abastecimento com etanol para veículos do tipo “flex”, a exigência de conformidade ambiental da rede credenciada, o correto gerenciamento de resíduos, óleos e embalagens, bem como a transparência proporcionada pelos sistemas de informação, configuram instrumentos concretos de mitigação de impactos ambientais, promoção do consumo sustentável e fortalecimento da função socioambiental do contrato.

6.7. Trata-se de solução amplamente consolidada no âmbito da Administração Pública, compatível com a natureza comum do objeto e com a padronização das tecnologias disponíveis no mercado, plenamente apta a ser contratada mediante Pregão Eletrônico. O modelo atende de forma integrada às necessidades operacionais, administrativas e ambientais da Administração, assegurando eficiência, controle, transparência, sustentabilidade e conformidade com os princípios da legalidade, do planejamento, da economicidade e da vantajosidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas a seguir foram definidas em conformidade com a demanda operacional da Unidade Prisional.

Tipo de Combustível ou Serviço	Previsão de Consumo Total (30 meses)	
	Quantidade Mensal (litros/ m³ /unidades)	
Gasolina	65	1.950 L
Etanol	210	6.300 L
Diesel S-500	550	16.500 L

Diesel S-10	2700	81.000 L
-------------	------	----------

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³ /unidades)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Fluido de freio, com serviço de troca.	6	180
Filtro de ar, com serviço de troca.	6	180
Filtro de combustível, com serviço de troca.	6	180
Filtro de óleo, com serviço de troca.	6	180
Óleo mineral, com serviço de troca.	6	180

Quantidade de Usuários	30
------------------------	----

7.2. Consigno ainda, que a frota desta Unidade Prisional é composta por “ veículos próprios”, "gerador de emergência", "roçadeiras" e por “veículo objeto de locação”, os quais se encontram discriminados a seguir com a indicação de suas principais características relevantes ao seu adequado gerenciamento:

Placa	Patrimônio	Marca	Modelo	Ano/ Modelo	Grupo	Combustível	Valor Veículo	Odômetro	Origem
GERADOR		CUMMINS	Série C		S3	Diesel			PROPRIO
ROÇADEIRAS		DIVERSAS	COMBUSTÃO			Gasolina			PROPRIO
DJM-0696	14642	FIAT	Ducato-Cargo	2013	S4	Diesel	105.600,00	403884	PROPRIO
DJP-6663	10393	VW	8150	2008	S4	Diesel	89.225,00	191893	PROPRIO
DKH-6G21	001-mbus	RENAULT	MASTER MAR TPRE1	2021	S4	Diesel	181297,00	238602	PROPRIO
FQL-9156	3018	FORD	CARGO 816 S	2015	S4	Diesel	198000,00	392092	PROPRIO
FWT-5502	3818	FORD	CARGO 816 S	2018	S4	Diesel	202000,00	370736	PROPRIO
GGP-5909	1418	RENAULT	MASTER MAR TPRE1	2018	S4	Diesel	155000,00	108249	PROPRIO
TKZ-7C09	LOCADO	RENAULT	KANGOO	2025	S2	Flex	112790,00	18775	LOCADO COM CUSTO

7.3. Os quantitativos estimados foram estabelecidos com base na análise das necessidades operacionais da Unidade Prisional, no histórico de consumo da frota, nas características dos veículos utilizados e nas demandas institucionais permanentes e eventuais. Para tanto, procedeu-se à verificação pormenorizada da documentação Interna da frota de veículos, bem como, dados extraídos do Sistema de Administração da Frota (SAF), além das listas de estabelecimentos vinculados à Secretaria de Administração Penitenciária, considerados como possíveis destinos institucionais em decorrência das demandas operacionais. Saliento, que toda a documentação utilizada como subsídio à estimativa, encontrase disponível para consulta na Seção de Administração da Unidade Prisional, em observância aos princípios da transparência e da motivação dos atos administrativos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 826.633,51

8.1. Estima-se o valor total de R\$ 826.633,51 (oitocentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), para a presente contratação, destinada a um período pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, calculado com base na pesquisa de preços realizada em atendimento ao Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, em seu artigo 3º, incisos III e IV, bem como, §§1º e 3º e artigo 8º, todos do mencionado dispositivo legal. Insta salientar, que foram observadas todas as diretrizes, parâmetros e recomendações delineadas no Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC.

8.2. Levando em conta, de que o sigilo do orçamento é uma medida excepcional nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133 /2021, exigindo justificativa para ser aplicada, esta administração, opta por observar a regra geral de publicidade e transparência orçamentária, em estrita observância aos princípios da legalidade e publicidade que norteiam a gestão pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Para otimizar as negociações e garantir condições mais vantajosas, que não seriam praticáveis em contratos de prazo reduzido; bem como, para oportunizar a indispensável continuidade dos serviços, promovendo uma gestão responsável e eficaz dos recursos públicos, propõe-se a adoção do período inicial de 30 (trinta) meses, para a contratação em tela. Tal prazo, certamente proverá benefícios substanciais e notável estabilidade aos serviços.

9.2. O parcelamento da solução, configura-se como a abordagem mais adequada e vantajosa, permitindo um melhor planejamento e o gerenciamento eficiente das atividades, assegurando a continuidade da execução contratual, a adequada coordenação dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, sem prejuízo da eficiência, da economicidade e da regularidade ao atendimento das demandas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas com o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pleiteada, encontra-se incluída no Plano de Contratação Anual (PCA) em execução desta Instituição Prisional, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

11.2. Tal previsão, faz-se imperiosa, haja vista, o cumprimento do disposto no artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.689 /2023, que regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

11.3. O presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se igualmente alinhado ao Plano de Logística Sustentável com os critérios de sustentabilidade a serem observados por esta administração, devidamente consignados no Item 14 deste Estudo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com base nos elementos já delineados no presente Estudo Técnico Preliminar e à luz das melhores práticas administrativas, os principais benefícios da contratação, consistem na centralização e no aprimoramento do controle do abastecimento e dos serviços correlatos da frota de veículos desta Instituição Penal, mediante sistema informatizado integrado, o que possibilita maior transparência, rastreabilidade e segurança das operações. A adoção desse modelo propicia ganhos relevantes de eficiência operacional e econômica, por meio da padronização de procedimentos, da definição de parâmetros objetivos de consumo e preço, do acesso a uma rede ampla e competitiva de postos credenciados e da redução de custos diretos e indiretos associados à gestão administrativa. Ademais, viabiliza a tomada de decisões gerenciais mais qualificadas, com base em relatórios tempestivos e fidedignos, contribui para a prevenção de desperdícios e usos indevidos de recursos públicos e fortalece a gestão contratual, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

12.2. A administração para o caso em concreto, deverá se utilizar de Edital de participação ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. No Acórdão nº 1.932/2016, o Tribunal de Contas da União entendeu que o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, para a realização de certame exclusivo para ME /EPP /COOPERATIVAS, refere-se apenas a 01 (um) exercício financeiro. Dessa forma, considerando o valor estimado da contratação e a possibilidade de prorrogação do contrato até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, faz-se factível a promoção da participação ampla. Nesse contexto, busca-se abrir espaço para uma ampla gama de participantes, através de uma competição mais robusta e diversificada. Uma participação ampla, estimula entre os concorrentes a busca pela qualidade, além de atrair preços mais competitivos, oportunizando a obtenção de melhores resultados para a administração pública. Não obstante, o tratamento favorecido, tenciona a promoção da igualdade de oportunidades e a democratização de acesso ao certame, tendo em conta, que as ME's e EPP's, muitas vezes possuem menor capacidade competitiva em relação às grandes empresas. Dessa forma, não se trata apenas do cumprimento legal, mas também, representa um parâmetro perspicaz e proativo, para reduzir as disparidades existentes no mercado. Além do mais, tal favorecimento, possui o propósito de estimular o crescimento econômico inclusivo dos mencionados segmentos, aprimorando a transparência e a eficiência dos processos licitatórios, tal como, a gestão responsável dos recursos públicos.

12.3. O estrito cumprimento das normativas e decretos inerentes à nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), que estabelece as regras e procedimentos para contratações públicas, assegurando a legalidade, a segurança jurídica e transparência de todo o processo licitatório em suas fases internas e externas. Além disto, também deverão ser observados a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de

contratações públicas, nos termos do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023; assim como, a Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que delibera sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

12.4. A modalidade Pregão Eletrônico, com a adoção do critério de julgamento de “Menor Preço” conjuntamente com o modo de disputa “aberto”, além de viabilizar indubitável eficácia ao processo licitatório, proporcionará efetiva transparência e competitividade, resultando em propostas mais vantajosas para a instituição, bem como, economia de recursos públicos ao buscar a melhor relação custo-benefício. Ademais, o Pregão em sua modalidade eletrônica, objetiva propiciar maior controle e fiscalização, assegurando a consonância com as exigências legais e técnicas deliberadas pelo edital da licitação. A combinação desses parâmetros não só otimiza o processo de aquisição de bens ou serviços, como também substancia a credibilidade e eficiência dos trabalhos da administração pública.

12.5. Desenvolvimento de uma atuação administrativa, pautada pelo princípio da eficiência, eficácia e economicidade dos gastos públicos, buscando satisfatoriamente os objetivos quantitativos e qualitativos e assegurando, de forma competente, todos os propósitos atribuídos à Administração Pública.

12.6. Observância aos princípios de sustentabilidade apresentados nos artigos 5º e 11º da Lei Federal nº 14.133/21, buscando uma contratação sustentável, a qual integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. A referida contratação não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento, a elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e gestão de resíduos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A execução do objeto, insere-se no âmbito das atividades rotineiras desta Unidade Prisional, a qual já detém experiência consolidada na utilização de sistemas informatizados de gerenciamento, inexistindo, portanto, necessidade de adequações estruturais, alterações relevantes nas rotinas operacionais ou investimentos adicionais em instalações físicas para a implementação e operacionalização da contratação.

13.2. Quanto às diretrizes de fiscalização e gestão contratual, já foram adotadas medidas junto aos servidores designados a essas responsabilidades, para que as mesmas sejam devidamente implementadas, em cumprimento ao que preceitua o §3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; artigos 8 e 9, acompanhando suas respectivas disposições de parágrafos e incisos, do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; bem como, em consonância com as diretrizes definidas nos artigos 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023 e demais normativas aplicáveis. Essas medidas, centradas na verificação do cumprimento integral dos termos acordados, visam assegurar a eficácia do gerenciamento dos contratos, promovendo uma gestão alinhada às boas práticas administrativas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em atenção às deliberações de sustentabilidade ambiental aplicáveis à presente contratação, apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo alguns dos principais impactos ambientais e soluções, associados à execução do objeto.

Impactos: Emissão de gases de efeito estufa decorrente do consumo de combustíveis fósseis pela frota.

Soluções: Priorizar, como parâmetro contratual obrigatório, o abastecimento com etanol em veículos flex, reduzindo a intensidade de emissões de CO e alinhando a contratação às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas, bem como às metas da Agenda 2030.

Impactos: Geração de resíduos perigosos provenientes da troca de óleo lubrificante, filtros e fluidos automotivos.

Soluções: Exigir da Contratada e de sua rede credenciada o cumprimento integral da Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando o recolhimento, armazenamento adequado, transporte e destinação final ambientalmente adequada de óleos usados, filtros e embalagens, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005 e legislação correlata.

Impactos: Risco de contaminação do solo e de recursos hídricos em decorrência do manejo inadequado de resíduos oleosos e substâncias químicas.

Soluções: Determinar que os postos credenciados adotem procedimentos técnicos de acondicionamento seguro, prevenção de vazamentos e segregação de resíduos, bem como comprovem licenciamento ambiental válido e observância das normas dos órgãos ambientais competentes.

Impactos: Aumento da geração de resíduos sólidos comuns e recicláveis decorrentes das atividades operacionais dos postos credenciados.

Soluções: Exigir a implementação de programas de segregação de resíduos recicláveis e sua destinação à coleta seletiva municipal ou a cooperativas de catadores, em conformidade com a legislação ambiental e normas da ABNT aplicáveis.

Impactos: Emissões atmosféricas e impactos indiretos à saúde pública associados à ineficiência operacional da frota.

Soluções: Utilizar o sistema informatizado de gerenciamento para monitorar consumo, quilometragem e desempenho dos veículos, possibilitando a adoção de ações corretivas e preventivas de manutenção, contribuindo para maior eficiência energética, redução de emissões e mitigação de impactos à saúde coletiva.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação, configura-se como VIÁVEL, apta a atender, de forma integral e contínua, as necessidades operacionais deste estabelecimento prisional. Destaco, que a ausência de solução estruturada para o gerenciamento do abastecimento de combustíveis, implicaria elevação dos custos operacionais, incremento da complexidade administrativa e exposição da Administração a despesas imprevistas. O empreendimento da contratação em tela, objetiva assegurar maior controle, racionalização dos gastos e, sobretudo, a eficiência operacional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO MARCILIO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 11:46:34.

GUILHERME AUGUSTO MESQUITA NOGUEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 11:58:12.

ESP-CTO.DET.PROV.´DR.CALIXTO ANTONIO´-SBDOCA

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	380233-ESP-CTO.DET.PROV.´DR.CALIXTO ANTONIO´-SBDOCA	LEANDRO MARCILIO DOS SANTOS	21/05/2026 14:00 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00208264/2026-98

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de etanol, diesel, óleo lubrificante, fluido de freio, filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível para a frota de veículos automotores do Contratante, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	CATSER	UF	Serviço	Prazo em meses	Valor Unitário	Valor total
1	25372	Unidade	Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados.	30	R\$ 27.554,45	R\$ 826.633,51

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estabelecida na ordem de início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que sua execução se dá mediante demandas específicas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a regularidade e a eficiência das atividades desenvolvidas, conforme disposições delineadas no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos na íntegra, os requisitos que se encontram pormenorizados no item 4.4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, elaborados em consonância com as diretrizes inseridas no Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC. Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Dos combustíveis e usuários

4.4. Os combustíveis (gasolina, etanol e diesel) para o atendimento dos serviços de gerenciamento do abastecimento de veículos, serão classificados conforme especificação apresentada na tabela subsequente:

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Gasolina	65	1.950 L
Etanol	210	6.300 L
Diesel S-500	550	16.500 L
Diesel S-10	2700	81.000 L

Dos serviços complementares

4.5. Os serviços complementares (Óleos lubrificantes, fluido de freio e filtros) para o atendimento dos serviços de gerenciamento do abastecimento de veículos, serão classificados conforme especificação apresentada na tabela subsequente:

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Fluido de freio, com serviço de troca.	6	180
Filtro de ar, com serviço de troca.	6	180
Filtro de combustível, com serviço de troca.	6	180
Filtro de óleo, com serviço de troca.	6	180
Óleo mineral, com serviço de troca.	6	180

Quantidade de Usuários **30**

Relação dos locais

4.6. O endereço da base operacional onde se encontram os veículos sob a responsabilidade do Contratante, está na relacionado na tabela a seguir:

Estrada Yae Massumoto, 800, Cooperativa, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.842-160.

Área preferencial para abastecimento

4.7. A Área preferencial de abastecimento, compreendendo municípios e rodovias, bem como, a quantidade mínima de postos credenciados, encontram-se pormenorizados a seguir:

Área Preferencial São Bernardo do Campo/SP 01 (um) posto credenciado.

Municípios:

Adamantina/SP; Aguaí/SP; Álvaro de Carvalho /SP; Americana/SP; Andradina/SP; Araçatuba /SP; Araraquara/SP; Assis/SP; Atibaia/SP; Avanhadava/SP; Avaré/SP; Balbinos/SP; Bauru/SP; Bernardino de Campos/SP; Birigui /SP; Botucatu/SP; Bragança Paulista/SP; Caiuá /SP; Campinas/SP; Capela do Alto/SP; Caraguatatuba/SP; Casa Branca/SP; Cerqueira César/SP; Diadema/SP; Dracena/SP; Flórida Paulista/SP; Florínea/SP; Franca/SP; Franco da Rocha/SP; Gália/SP; Getulina/SP; Guareí /SP; Guariba/SP; Guarulhos/SP; Hortolândia /SP; Iaras/SP; Icém/SP; Iperó/SP; Irapuru/SP; Itaí/SP; Itapeverica da Serra/SP; Itapetininga /SP; Itatinga/SP; Itirapina/SP; Jardinópolis /SP; Jaú/SP; Jundiaí/SP; Junqueirópolis/SP; Lavínia /SP; Limeira/SP; Lins/SP; Lucélia/SP; Mairinque /SP; Marabá Paulista/SP; Marília /SP; Martinópolis/SP; Mauá/SP; Mirandópolis/SP; Mococa/SP; Mogi das Cruzes/SP; Mogi Guaçu /SP; Mogi Mirim/SP; Mongaguá/SP; Osasco /SP; Osvaldo Cruz/SP; Ourinhos/SP; Pacaembu /SP; Paraguaçu Paulista/SP; Paulo de Faria /SP; Piracicaba/SP; Pirajuí/SP; Pontal/SP; Porto Feliz/SP; Potim/SP; Pracinha/SP; Praia Grande/SP; Presidente Bernardes/SP; Presidente Prudente/SP; Presidente Venceslau /SP; Reginópolis/SP; Registro/SP; Ribeirão Preto/SP; Rio Claro/SP; Riolândia/SP; Riversul /SP; Santa Cruz da Conceição/SP; Santo André /SP; São Bernardo do Campo/SP; São José do Rio Preto/SP; São José dos Campos/SP; São Paulo/SP; São Vicente/SP; Serra Azul/SP; Sorocaba/SP; Sumaré/SP; Suzano/SP; Taiúva /SP; Taquarituba/SP; Taubaté/SP; Tremembé /SP; Tupã/SP; Tupi Paulista /SP; Valparaíso/SP e Votorantim/SP. 01 (um) posto credenciado no mínimo.

Rodovias:

SP-010 – Rodovia Fernão Dias; SP-021 – Rodoanel Mário Covas; SP-040 – Interligação Planalto; SP-055 – Rodovia Doutor Manoel Hipólito Rego (Padre Manoel da Nóbrega); SP-060 – Rodovia Presidente Dutra; SP-065 – Rodovia Dom Pedro I; SP-070 – Rodovia Ayrton

Senna da Silva / Rodovia Carvalho Pinto; SP-075 – Rodovia Santos Dumont; SP088 – Rodovia Mogi-Dutra; SP-099 – Rodovia dos Tamoios; SP-127 – Rodovia Antônio Romano Schincariol; SP-150 – Rodovia Anchieta; SP-160 – Rodovia dos Imigrantes; SP-225 – Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó; SP-245 – Rodovia Engenheiro Thomaz Magalhães; SP-255 – Rodovia Antônio Machado Sant’Anna; SP-255 – Rodovia Eduardo Saigh; SP-255 – Rodovia João Mellão; SP-261 – Rodovia Osni Mateus; SP270 – Rodovia Raposo Tavares; SP-280; Rodovia Presidente Castello Branco; SP-284 – Rodovia Manílio Gobbi; SP-294 – Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros; SP-300 – Rodovia Marechal Rondon; SP-310 – Rodovia Washington Luís; SP-322 – Rodovia Armando de Salles Oliveira; SP-327 – Rodovia Orlando Quagliato; SP-330 – Rodovia Anhanguera; SP333 – Rodovia Carlos Tonanni / Nemésio Cadetti / Laurentino Mascari; SP-348 – Rodovia dos Bandeirantes; SP-425 – Rodovia Assis Chateaubriand e SP-563 – Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo. 01 (um) posto credenciado a cada 250 (duzentos e cinquenta) Quilômetros (km) de distância no mínimo..

Dos potenciais deslocamentos institucionais

4.8. Apresenta-se neste item, os possíveis deslocamentos institucionais a serem realizados no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, considerados em função das demandas operacionais, administrativas e logísticas inerentes às atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal:

Aguai - CDP; Álvaro de Carvalho - Penit. I "Valentim Alves da Silva" + APP; Álvaro de Carvalho - Penit. II; Americana - CDP "AEVP Renato Gonçalves Rodrigues"; Andradina - Penit. "ASP. Anísio Aparecido de Oliveira" + PC; Araçatuba - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Araraquara - CR Feminino + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Araraquara - Penit. "Dr. Sebastião Martins Silveira" + PRSA + PC; Araraquara - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Assis - Penit. RSA; Atibaia - CR - Regime: semiaberto; Avandava - Penit. "Valdic Junio Alves Primo" + PC; Avaré - CR "Dr. Mauro de Macedo" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Avaré - Penit. II "Nelson Marcondes do Amaral" + PRSA; Avaré - Penit. I "Dr. Paulo Luciano de Campos"; Balbinos - Penit. II "Gilmar Monteiro de Souza"; Balbinos - Penit. I "Rodrigo dos Santos Freitas" + APP; Bauru - CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna"; Bauru - CPP III "Prof. Noé Azevedo"; Bauru - CDP "ASP Francisco Carlos Caneschi"; Bauru - CPP I "Dr. Alberto Brocchieri"; Bernardino de Campos - Penit. + APP + PC; Birigui - CR - Regime: fechado e semiaberto; Bragança Paulista - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Caiuá - CDP "Tácio Aparecido Santana" + PC; Caiuá - Penit. "Bruno Luiz Airolti Leite"; Campinas - CDP; Campinas - Penit. Feminina RSA; Campinas - CPP "Prof. Ataliba Nogueira"; Capela do Alto - Penit. II "Dr. Enio Mendes Junior" + PRSA + PC; Capela do Alto - Penit. I + PRSA; Caraguatatuba - CDP "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira" + PRSA; Casa Branca - Penit. "Joaquim de Sylos Cintra"; Cerqueira César - Penit. I + APP; Cerqueira César - Penit. II; Diadema - CDP; Dracena - Penit. "ASP Adriano Aparecido de Pieri"; Flórida Paulista - Penit. "AEVP Cristiano Oliveira"; Flórida - Penit. + PC; Franca - Penit. + PRSA; Franco da Rocha - CDP + PRSA; Franco da Rocha - CPP "ASP Moises Marcos Braga"; Franco da Rocha - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I "Professor André Teixeira Lima" (M e F); Franco da Rocha - Penit. I "Mário Moura Albuquerque" + APP + PRSA; Franco da Rocha - Penit. II "Nilton Silva"; Franco da Rocha - Penit. III "José Aparecido Ribeiro"; Franco da Rocha - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II (M); Gália - Penit. I + PRSA + PC; Gália - Penit. II + PRSA + PC; Getulina - Penit. "Osiris Souza e Silva" + PRSA; Guareí - Penit. I "Nelson Vieira"; Guareí - Penit. II + PC; Guariba - CPP; Guarulhos - CDP I "ASP Giovanni Martins Rodrigues" + PRSA; Guarulhos - Penit. I "José Parada Neto" + PRSA; Guarulhos - CDP II + APP + PC; Guarulhos - Penit. II "Adriano Marrey" + PRSA; Hortolândia - CPP (Penit. I); Hortolândia - Penit. III; Hortolândia - CDP; Hortolândia - Penit. II "Odete Leite de Campos Critter" RSA; Iaras - Penit. "Orlando Brando Filinto" + APP; Icém - CDP "Marcos Amilton Raysaro" + PC; Iperó - Penit. "Odon Ramos Maranhão" + APP; Irapuru - Penit.; Itaí - Penit. "Cabo PM Marcelo Pires da Silva" RSA; Itapeverica da Serra - CDP "ASP Nilton Celestino" + APP; Itapetininga - CR - Regime: semiaberto; Itapetininga - Penit. I "Jairo de Almeida Bueno" + APP; Itapetininga - Penit. II "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" + APP; Itatinga - Penit. + PC; Itirapina - Penit. I "Dr. Antônio de Queiróz Filho" + PRSA + PC; Itirapina - Penit. II "João Batista de Arruda Sampaio" + APP + PC; Jardinópolis - CPP; Jaú - CR "Dr. João Eduardo Franco Perlati" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Jundiá - CDP "Marcos Antônio Alves Bezerra"; Junqueirópolis - Penit.; Lavínia - CDP "ASP Cláudio Chaves do Nascimento" + PC; Lavínia - Penit. I "Vereador Frederico Geometti"; Lavínia - Penit. II "Luis Aparecido Fernandes"; Lavínia - Penit. III "ASP Paulo Guimarães"; Limeira - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Limeira - Penit. + PRSA + PC; Lins - CR "Dr. Manoel Carlos Muniz" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Lucélia - Penit. + APP + PC; Mairinque - Penit. + PRSA; Marabá Paulista - Penit. Compacta "João Augustinho Panucci"; Marília - CR - Regime: semiaberto; Marília - Penit. "José Luiz Mansur" + PRSA; Martinópolis - Penit. "Tacyan Menezes de Lucena"; Mauá - CDP + APP; Mirandópolis - Penit. I "Nestor Canoa" + PRSA; Mirandópolis - Penit. II "ASP Lindolfo Terçariol Filho"; Mococa - CR - Regime: semiaberto; Mogi das Cruzes - CDP + APP; Mogi Guaçu - Penit. Feminina + APP + PC; Mogi Mirim - CR "Prefeito João Missaglia" RSA - Regime: semiaberto; Mongaguá - CPP "Dr. Rubens Aleixo Sendin"; Nova Independência - CDP + PC; Osasco - CDP I "ASP Ederson Vieira de Jesus"; Osasco - CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"; Osvaldo Cruz - Penit. RSA; Ourinhos - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Pacaembu - CDP I + PC; Pacaembu - CDP II; Pacaembu - CPP; Pacaembu - Penit. "Ozias Lúcio dos Santos"; Paraguaçu Paulista - Penit. Compacta + PC; Paulo de Faria - CDP; Piracicaba - CDP "Nelson Furlan" + APP; Piracicaba - CR Feminino "Carlos Sidnes de Souza Cantarelli" - Regime: semiaberto; Piracicaba - Penit. "ASP Luís Ricardo Jock Stoduto" + PRSA; Pirajuí - Penit. Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna" + APP + PC; Pirajuí - Penit. I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz" + PRSA; Pirajuí - Penit. II "Luiz Gonzaga Vieira"; Pontal - Penit. + PRSA + PC; Porto Feliz - CPP "Dr. Walter Erwin Hoffgen"; Potim - Penit. I "AEVP Jair Guimarães de Lima" + PRSA; Potim - Penit. II + APP; Pracinha - Penit. Compacta + PC; Praia Grande - CDP "ASP Charles Demitre Teixeira" + APP; Presidente Bernardes - Penit. "Silvio Yoshihiko Hinohara" + APP; Presidente Bernardes - Centro de Readap. Penit. "Dr. José Ismael Pedrosa" (M e F); Presidente Prudente - CR "ASP Gláucio Reinaldo Mendes Pereira" + RSA + PC - Regime: RF e RSA; Presidente Prudente - Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + PRSA + PC; Presidente Venceslau - Penit. I "Zwinglio Ferreira" + APP; Presidente Venceslau - Penit. II "Maurício Henrique Guimarães Pereira"; Reginópolis - Penit. I "Tenente PM José Alfredo Cintra Borin" + APP; Reginópolis - Penit. II "Sgto. PM Antonio Luiz de Souza" + PC; Registro - Penit. + PRSA; Ribeirão Preto - CDP "ASP Nayan Xavier Ribeiro"; Ribeirão Preto - Penit. + APP; Ribeirão Preto - Penit. Feminina + APP + PC; Rio Claro - CR "Dr. Luis Gonzaga da Arruda Campos" + RSA - Regime: RF e RSA; Rio Claro - CR Feminino + RSA - Regime: RF e RSA; Riolândia - CDP "ASP Valdecir Fabiano"; Riolândia - Penit. "João Batista de Santana"; Riversul - CDP; Santa Cruz da Conceição - CDP; Santo André - CDP + APP; São Bernardo do Campo - CDP "Dr. Calixto Antonio" + APP; São José do Rio Preto - CDP; São José do Rio Preto - CPP "Dr. Javert de Andrade"; São José do Rio Preto - CR Feminino + RSA + PC - Regime: RF e RSA; São José dos Campos -

CDP + APP; São Paulo - CDP de Vila Independência; São Paulo - CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros + APP; São Paulo - CDP I de Chácara Belém + APP; São Paulo - CDP II "ASP Paulo Gilberto de Araújo" de Chácara Belém + APP; São Paulo - CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros; São Paulo - CDP III de Pinheiros + APP; São Paulo - CDP IV de Pinheiros; São Paulo - CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan; São Paulo - Penit. "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros + APP; São Paulo - Penit. da Capital RSA; São Paulo - Penit. Feminina Sant'Ana + PC; São Paulo - Divisão de Ações de Segurança Hospitalar (M e F); São Vicente - CDP "Luis Cesar Lacerda" + APP; São Vicente - CPP + PC; São Vicente - Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + APP + PC; São Vicente - Penit. II + APP; Serra Azul - Penit. II + PRSA; Serra Azul - Penit. III "ASP Sandro Alves da Silva"; Serra Azul - Penit. I; Sorocaba - CDP + APP; Sorocaba - Penit. I "Dr. Danilo Pinheiro" + PRSA; Sorocaba - Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + APP + PC; Sumaré - CR RSA + PC - Regime: semiaberto; Suzano - CDP + APP; Taiúva - Penit. RSA; Taquarituba - Penit. + APP; Taubaté - CDP "Dr. Félix Nobre de Campos" + PC; Taubaté - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Dr. Arnaldo Amado Ferreira" + AEP; Tremembé - CPP "Dr. Edgard Magalhães Noronha"; Tremembé - Penit. Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier" + APP; Tremembé - Penit. Feminina II + APP + PC; Tremembé - Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra" + APP + PC; Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" RSA; Tupi Paulista - Penit. "Vanderlei Tartari Monteiro" + PC; Tupi Paulista - Penit. Feminina + APP + PC; Valparaíso - CPP; Valparaíso - Penit.; Votorantim - Penit. Feminina "Oscar Garcia Machado" + APP + PC.

Da implantação

4.9. O processo de implantação do sistema pelo contratado, compreenderá a capacitação dos condutores e gestores, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na tabela correspondente:

Centro de Detenção Provisória "Dr. Calixto Antônio" de São Bernardo do Campo

Estrada Yae Massumoto, 800, Cooperativa, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.842-160.

Dos veículos

4.10. O **Centro de Detenção Provisória "Dr. Calixto Antônio" de São Bernardo do Campo**, possui em sua frota "veículos próprios" e por "veículo objeto de locação", os quais se encontram discriminados, com a indicação de suas principais características no item 7.2 do Estudo Técnico Preliminar, o qual é parte integrante deste Termo de Referência.

4.11 Destaca-se, que a abrangência da presente contratação, no que se refere ao "veículo locado", limita-se exclusivamente à prestação de serviços de "abastecimento de combustíveis";

4.11.1. No que se refere aos veículos classificados como "flex", será adotada de forma exclusiva, a utilização de "etanol", medida que se impõe em razão de suas reconhecidas vantagens ambientais, econômicas e de sustentabilidade, em conformidade com o disposto no artigo 3º do Decreto Estadual nº 59.038/2013, que instituiu o Programa Paulista de Biocombustíveis, bem como às diretrizes de racionalização do consumo energético e de promoção de práticas ambientais responsáveis no âmbito da Administração Pública.

Regras de tratamento favorecido para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.12. Para o item 1, será promovida pela administração, a participação AMPLA, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

Abrangência Geográfica

5.1. São áreas preferenciais para abastecimento:

5.1.1. Áreas circunscritas em um raio máximo de 15 km (quinze quilômetros) do endereço da Unidade Prisional, onde deverá existir um número mínimo de postos credenciados, estruturados para fornecimento;

5.1.2. Considerando que os veículos constantemente se deslocam para diferentes regiões da cidade, além da obrigatoriedade de credenciamento de postos no raio previamente definido próximo à base operacional, será solicitado, no mínimo, um posto para cada uma das regiões administrativas (centro, norte, sul, leste e oeste);

5.1.3. Por meio da rede de postos credenciados, o Contratado deverá operar nas Áreas Preferenciais que atendam de forma imediata no mínimo a 50% (cinquenta por cento) da(s) Unidade(s) indicadas na Tabela de Quantitativos e Locais, devendo os 50% (cinquenta por cento) remanescentes ser credenciados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da formalização do contrato;

5.1.4. Caso o Contratado não possua posto credenciado nas Áreas Preferenciais das bases onde se exige apenas 1 (um) posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.2. Poderão ser estabelecidas as seguintes exigências específicas, em decorrência do histórico de frequência de viagens:

5.2.1. O Contratado deverá ter postos credenciados nos municípios: Adamantina/SP; Aguaí/SP; Álvaro de Carvalho/SP; Americana/SP; Andradina/SP; Araçatuba/SP; Araraquara/SP; Assis/SP; Atibaia/SP; Avanhadava/SP; Avaré/SP; Balbinos/SP; Bauru/SP; Bernardino de Campos/SP; Birigui/SP; Botucatu/SP; Bragança Paulista/SP; Caiuá/SP; Campinas/SP; Capela do Alto/SP; Caraguatatuba/SP; Casa Branca/SP; Cerqueira César/SP; Diadema/SP; Dracena/SP; Flórida Paulista/SP; Florínea/SP; Franca/SP; Franco da Rocha /SP; Gália /SP; Getulina/SP; Guareí/SP; Guariba/SP; Guarulhos/SP; Hortolândia/SP; Iaras/SP; Icém/SP; Iperó /SP; Irapuru/SP; Itaí/SP; Itapeceira da Serra/SP; Itapetininga/SP; Itatinga/SP; Itirapina/SP; Jardinópolis/SP; Jaú/SP; Jundiá/SP; Junqueirópolis/SP; Lavínia/SP; Limeira/SP; Lins/SP; Lucélia/SP; Mairinque/SP; Marabá Paulista/SP; Marília/SP; Martinópolis/SP; Mauá/SP; Mirandópolis/SP; Mococa/SP; Mogi das Cruzes/SP; Mogi Guaçu/SP; Mogi Mirim/SP; Mongaguá/SP; Osasco/SP; Osvaldo Cruz/SP; Ourinhos/SP; Pacaembu/SP; Paraguaçu Paulista/SP; Paulo de Faria/SP; Piracicaba/SP; Pirajuí/SP; Pontal/SP; Porto Feliz/SP; Potim/SP; Pracinha/SP; Praia Grande/SP; Presidente Bernardes/SP; Presidente Prudente/SP; Presidente Venceslau /SP; Reginópolis/SP; Registro/SP; Ribeirão Preto/SP; Rio Claro /SP; Riolândia/SP; Riversul/SP; Santa Cruz da Conceição/SP; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São José do Rio Preto/SP; São José dos Campos/SP; São Paulo/SP; São Vicente/SP; Serra Azul/SP; Sorocaba/SP; Sumaré/SP; Suzano/SP; Taiúva /SP; Taquaritiba/SP; Taubaté/SP; Tremembé/SP; Tupã/SP; Tupi Paulista/SP; Valparaíso/SP e Votorantim/SP; e deverá manter, no mínimo, a quantidade de postos credenciados por município de 01 (um); ou

5.2.2. O Contratado deverá ter postos credenciados nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, devendo manter, no mínimo, a quantidade de postos credenciados de 01 (um); ou

5.2.3. O Contratado deverá manter, no mínimo, um posto credenciado a cada 250 (duzentos e cinquenta) km nas estradas: SP-010 – Rodovia Fernão Dias; SP-021 – Rodoanel Mário Covas; SP-040 – Interligação Planalto; SP-055 – Rodovia Doutor Manoel Hipólito Rego (Padre Manoel da Nóbrega); SP-060 – Rodovia Presidente Dutra; SP-065 – Rodovia Dom Pedro I; SP-070 – Rodovia Ayrton Senna da Silva / Rodovia Carvalho Pinto; SP-075 – Rodovia Santos Dumont; SP-088 – Rodovia Mogi-Dutra; SP-099 – Rodovia dos Tamoios; SP-127 – Rodovia Antônio Romano Schincariol; SP-150 – Rodovia Anchieta; SP-160 – Rodovia dos Imigrantes; SP-225 – Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó; SP-245 – Rodovia Engenheiro Thomaz Magalhães; SP-255 – Rodovia Antônio Machado Sant’ Anna; SP-255 – Rodovia Eduardo Saigh; SP-255 – Rodovia João Mellão; SP-261 – Rodovia Osni Mateus; SP-270 – Rodovia Raposo Tavares; SP-280 – Rodovia Presidente Castello Branco; SP-284 – Rodovia Manílio Gobbi; SP-294 – Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros; SP-300 – Rodovia Marechal Rondon; SP-310 – Rodovia Washington Luís; SP-322 – Rodovia Armando de Salles Oliveira; SP-327 – Rodovia Orlando Quagliato; SP-330 – Rodovia Anhanguera; SP-333 – Rodovia Carlos Tonanni / Nemésio Cadetti / Laurentino Mascari; SP-348 – Rodovia dos Bandeirantes; SP-425 – Rodovia Assis Chateaubriand e SP-563 – Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo; ou

5.2.4. Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas acima, o prazo para credenciamento deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da formalização do contrato.

Rede de Postos Credenciados

5.3. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de segunda-feira a sábado das 07: 00h às 20: 00h. Deve haver, na Área Preferencial para Abastecimento, ao menos, 1 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

5.4. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do Contratante, deverá ser efetivado pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação.

5.5. Os postos credenciados para as Unidades que possuam veículos das categorias caminhão, cavalo mecânico e equipamentos automotivos deverão contar em suas instalações com área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento ou unidade móvel de abastecimento.

5.6. As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Contratante via internet ou pelo sistema instalado pelo Contratado.

5.7. Cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pelo Contratado. É de responsabilidade do Contratado disponibilizar solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

5.8. O Contratado é o único responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e de demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

Sistema de Abastecimento

5.9. O Contratante fornecerá ao Contratado o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, além de identificação das respectivas áreas em que estes estão alocados (base operacional ou Unidades), contendo os seguintes dados:

5.9.1. Tipo de frota (própria, locada ou convênio); 5.9.2. Prefixo;

5.9.3. Placas;

5.9.4. Marca;

5.9.5. Modelo;

5.9.6. Chassi;

5.9.7. Tipo de combustível;

5.9.8. Ano de fabricação do veículo;

5.9.9. Lotação (Unidade e código do centro de custo, se houver);

5.9.10. Capacidade do tanque;

5.9.11. Hodômetro;

5.9.12. Nome, registro funcional e Unidade dos condutores; e

5.9.13. Base operacional da frota.

5.10. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, bem como dos demais serviços utilizados.

5.11. Cada veículo terá um único cartão magnético ou microprocessado.

5.12. Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pelo Contratado. É de responsabilidade do Contratado a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

5.13. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio, o desbloqueio e a troca de senha de forma on-line e instantânea.

5.14. Para cada veículo, o sistema deverá permitir um limite de crédito determinado pelo Contratante, não podendo ser ultrapassado sem a autorização por escrito do Contratante. Os abastecimentos e usos de serviços realizados pela rede credenciada, sem a devida cobertura de crédito, serão de total responsabilidade do Contratado.

5.15. O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem a expressa autorização do gestor do contrato.

5.16. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

5.17. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

5.17.1. Identificação do posto (nome e endereço);

5.17.2. Identificação do veículo (placa);

5.17.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.17.4. Tipo de combustível e/ou serviço utilizado;

5.17.5. Data e hora da transação;

5.17.6. Quantidade em litros e/ou em m³, quando o abastecimento for com GNV;

5.17.7. Valor da operação; e

5.17.8. Identificação do condutor (nome e registro).

5.18. Nos casos de viagem para outros estados ou mesmo para cidades que não possuam postos credenciados, o sistema deve permitir que os abastecimentos e os usos de serviços realizados possam ser registrados manualmente, conforme solução a ser definida e apresentada pelo Contratado.

5.19. O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões do Contratado devem compreender, no mínimo:

5.19.1. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento em que efetuar a operação;

5.19.2. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros definidos pelo Contratante;

5.19.3. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

5.19.3.1. Para a frota: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros;

5.19.3.2. Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em reais por transação e em reais por mês;

5.19.3.3. Para o posto de combustível: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto à Fazenda Estadual. A consulta dos postos penalizados pode ser feita por meio do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>; e

5.19.3.4. Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas;

5.19.4. O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;

5.19.5. Identificação do usuário no momento do abastecimento por meio da senha pessoal;

5.19.6. Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pelo Contratado, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para o Contratante;

5.19.7. A exportação de dados para o software de gestão de frota do Contratante, permitindo a leitura de arquivos nos formatos ".txt", ".csv" ou ".xml", e, ainda, a possibilidade de layout e formatação de campos conforme necessidade do Contratante, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

5.19.7.1. Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado;

5.19.7.2. Data do abastecimento;

5.19.7.3. Quilometragem no momento do abastecimento;

5.19.7.4. Tipo de combustível;

5.19.7.5. Valor total do abastecimento; 5.19.7.6. Valor unitário do abastecimento por litro e/ou m³, quando houver abastecimento com GNV;

5.19.7.7. Quantidade em litros e/ou m³, quando houver abastecimento com GNV;

5.19.7.8. Identificação do veículo;

5.19.7.9. Natureza de outros serviços utilizados;

5.19.7.10. Valor unitário do serviço utilizado; e

5.19.7.11. Valor total do serviço utilizado;

5.19.8. O fornecimento, para o Contratante, do cadastro dos postos credenciados para a realização da migração dos dados ao sistema do Contratante, com as seguintes informações:

5.19.8.1. Nome fantasia;

5.19.8.2. Razão social;

5.19.8.3. CNPJ;

5.19.8.4. Inscrição estadual;

5.19.8.5. Endereço;

5.19.8.6. Bairro;

5.19.8.7. Cidade;

5.19.8.8. Telefone;

5.19.8.9. E-mail;

5.19.8.10. Contato; e

5.19.8.11. CEP.

5.19.9. Garantia da segurança e da integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

Relatórios

5.20. O Contratado deverá disponibilizar acesso ao software de gestão de abastecimento compatível com o modelo definido pelo Contratante.

5.21. O Contratante deverá estabelecer o nível de permissão ("consulta"/ "administração") do acesso ao software de gestão de abastecimento para cada Unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial aos dados referentes à frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

5.22. Os relatórios disponibilizados pelo Contratado deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

5.22.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro decusto, se houver;

5.22.2. Histórico das operações realizadas pela frota, contendo:

5.22.2.1. Data;

5.22.2.2. Hora;

5.22.2.3. Identificação do estabelecimento;

5.22.2.4. Identificação do condutor;

5.22.2.5. Identificação do veículo (placa);

5.22.2.6. Odômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.22.2.7. Tipo de combustível;

5.22.2.8. Quantidade em litros e/ou m³ adquiridos;

5.22.2.9. Valor unitário por tipo de combustível;

5.22.2.10. Valor total da operação em R\$ (reais); e

5.22.2.11. Tipo e valor do serviço utilizado.

5.22.3. Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

5.22.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Contratante;

5.22.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

5.22.6. Informar quinzenalmente os preços históricos unitários em R\$/L e R\$/m³ contratados na última quinzena. Devem vir organizados por tipo de combustível e ordenados do menor para o maior valor (ordem crescente de valor), com o respectivo nome do posto e por região;

5.22.7. Volume em litros e/ou m³ gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

5.22.8. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo e tipo de combustível, entre outros;

5.22.9. Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso; e

5.22.10. Desconto sobre o preço da bomba, resultado da negociação de preço sobre o preço de bomba dos combustíveis, quando for o caso. Implantação

5.23. O Contratado deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais do Contratante no prazo máximo estabelecido pelo Contratante, contado a partir da data da assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo definido a seguir:

Atividades		Prazo máximo (em dias)				
		10	20	30	40	50
Cadastramento de veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão do Contratado.	Assinatura do Contrato	10 dias				
Confecção e fornecimento dos cartões individuais.			15 dias			
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados.		30 dias				
Treinamento dos condutores e gestores das subfrotas.		30 dias				
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das bases operacionais.		30 dias				

5.24. O processo de implantação do sistema pelo Contratado compreende as seguintes atividades:

5.24.1. Cadastro dos veículos;

5.24.2. Cadastro dos usuários;

5.24.3. Definição da logística da rede de postos credenciados;

5.24.4. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

5.24.5. Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;

5.24.6. Treinamento dos condutores e gestores; e

5.24.7. Fornecimento dos cartões para os veículos.

Treinamento de Condutores e Gestores

5.25. O Contratado deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, o programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

5.25.1. Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limites de crédito;

5.25.2. Detalhamento dos procedimentos para utilização do software de gestão e emissão de relatórios;

5.25.3. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para resolvê-las;

5.25.4. Aplicação prática do sistema; e

5.25.5. Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

Preços dos Combustíveis e Serviços Complementares

5.26. O Contratado disponibilizará, via internet ou outro meio eletrônico, informações quinzenais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em reais (R\$), por tipo de combustível, ordenados por município e por valor em ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.

5.27. O Contratante estabelecerá, como limite e parâmetro restritivo para utilização do cartão, o preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento, por município onde está instalada a base operacional da frota, disponibilizado no endereço eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>) para os diversos tipos de combustíveis.

5.28. Em relação aos serviços complementares, o Contratante efetuará pesquisa de mercado a fim de obter referências de preços que constituirão limite para a utilização do cartão. A pesquisa de mercado será realizada pelo Contratante com observância dos seguintes parâmetros:

5.28.1. Consulta a estabelecimentos que produzam, comercializem ou prestem os serviços conforme a natureza do item relacionado;

5.28.2. Elaboração de pesquisa que seja válida para a região de abrangência;

5.28.3. Observância das diretrizes do Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023; e

5.28.4. Atualização da pesquisa com a periodicidade definida pelo Contratante, observando a validade dos preços de referência.

5.29. O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter a redução do preço de bomba dos combustíveis nas Áreas Preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

5.30. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, e/ou negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

Segurança no Fornecimento

5.31. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos, assim como na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, o Contratado deverá disponibilizar procedimento contingencial por meio de serviço de atendimento ao cliente. Esse procedimento visa à garantia da manutenção das informações necessárias ao controle e à gestão dos abastecimentos e ao não comprometimento da continuidade das atividades operacionais do Contratante. Para isso, a rede credenciada deve obter, por telefone, o número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico do Contratado.

5.32. O Contratado deverá prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone ou internet. Para tal serviço, deve possuir uma central de atendimento com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias do ano, que permita ao Contratante o acesso por meio de ligação local, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

Obrigações e Responsabilidades do Contratado

5.33. Para a Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, cabe ao Contratado:

5.33.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente, em conformidade com as especificações técnicas;

5.33.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;

5.33.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

5.33.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.33.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;

5.33.6. Designar preposto para representar o Contratado na execução do contrato;

5.33.7. Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões microprocessados para cada veículo cadastrado e informado pelo Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do Contratante;

5.33.8. Ministrar treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema;

5.33.9. Credenciar somente postos que não estejam relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;

5.33.10. Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS, relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;

5.33.11. Não credenciar ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que estiver sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);

5.33.12. Comunicar ao Contratante quando da transferência, retirada e/ou substituição de postos credenciados;

5.33.13. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.33.14. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

5.33.15. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

5.33.16. Comparecer, sempre que convocado, ao local designado pelo Contratante, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;

5.33.17. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como nas atividades de apoio e supervisão) movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou Gás Natural Veicular (GNV), visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera;

5.33.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados;

5.33.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Obrigações e Responsabilidades do Contratante

5.34. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do Contratante:

5.34.1. Fornecer ao Contratado, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado de veículos, condutores e centros de custo, se houver;

5.34.2. Identificar todos os veículos tipo "flex" como consumidores exclusivos de etanol, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto estadual nº 59.038, de 2013;

5.34.3. Expedir autorização de serviços em conformidade com o cronograma de implantação estabelecido no Termo de Referência;

5.34.4. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução contratual;

5.34.5. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor(es) especialmente designado(s), verificando se, no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstos no Edital, no Termo de Referência, na proposta e no contrato de forma satisfatória, documentando as ocorrências;

5.34.6. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado do Contratado e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

5.34.7. Prestar ao Contratado e a seus representantes e profissionais todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

5.34.8. Convocar o Contratado para reuniões, sempre que necessário;

5.34.9. Responsabilizar-se pelo recolhimento do comprovante de abastecimento e/ou de serviço e da correspondente nota fiscal de cada transação efetuada;

5.34.10. Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pelo Contratado, no prazo pactuado, com observância da disciplina de medição e pagamento estabelecida no item 7 deste instrumento, e comunicando ao Contratado, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança;

5.34.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Preposto
- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: 6.18.1. A fiscalização do Contratante terá livre acesso aos locais de execução dos serviços;

6.18.2. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado;

6.18.3. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do Contratante;

6.18.4. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. Após o término de cada quinzena do mês, sendo que a primeira corresponde ao período do 1º ao 15º dia do mês, e a segunda ao período do 16º ao último dia do mês, o Contratado deverá apresentar, em relação à quinzena em referência, um relatório analítico discriminando os abastecimentos, troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços realizados no período.

7.5. Observadas as demais disposições deste item 7, os recebimentos do objeto, para efeito de pagamento, serão realizados também de acordo com as seguintes regras:

7.5.1. Após o término da quinzena em que foram prestados os serviços, o Contratado entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados, com as seguintes informações:

7.5.1.1. Identificação do posto credenciado (nome e endereço);

7.5.1.2. Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);

7.5.1.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço;

7.5.1.4. Tipo de combustível;

7.5.1.5. Tipo de serviço (troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços);

7.5.1.6. A data e hora da transação;

7.5.1.7. Quantidade de litros e/ou metros cúbicos (m³), quando houver abastecimento com GNV;

7.5.1.8. Valor da operação de abastecimento;

7.5.1.9. Valor da operação do serviço; e

7.5.1.10. Identificação do condutor (nome e registro funcional).

7.5.2. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

7.5.2.1. O Contratado deverá executar os serviços, objeto desta contratação, pela Taxa de Administração contratada, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;

7.5.2.2. A remuneração do Contratado será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência, constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo Contratante com o correspondente recebimento definitivo, conforme fórmula abaixo:

$$Pq = \left(1 + \frac{T}{100}\right) \times G, \text{ onde:}$$

“Pq” = valor total do pagamento relativo a uma determinada quinzena;

“T” = taxa de administração;

“G” = gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento e prestação de serviços da frota de veículos na quinzena;

7.5.3. Após o recebimento definitivo, os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, e /ou do negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade quinzenal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023), e excetuado o prazo para liquidação em relação aos combustíveis, conforme especificado adiante.

7.15.1. O prazo de 10 (dez) dias úteis de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15.2. Serão observadas, ainda, as seguintes disposições:

7.15.2.1. O Contratado deverá emitir notas fiscais/faturas separadamente referentes ao respectivo período quinzenal de execução dos serviços; a primeira detalhando o valor total dos combustíveis (etanol e diesel) e a segunda detalhando os óleos lubrificantes, filtros e demais serviços prestados à frota do Contratante, bem como o valor correspondente aos serviços de gerenciamento prestados no período.

7.15.2.2. O prazo para liquidação referente aos combustíveis será de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devendo ser finalizada a liquidação anteriormente ao pagamento (art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no seguinte prazo:

7.24.1. referente aos combustíveis, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000;

7.24.2. referente aos óleos lubrificantes, filtros e demais serviços, e ao valor correspondente aos serviços de gerenciamento, será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008. 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Qualificação Técnica

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.21.1.1. A licitante deverá apresentar documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou ou esteja prestando, serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, de forma contínua ou em períodos sucessivos, por prazo mínimo de 12 (doze) meses, conforme o disposto no artigo 67, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.21.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.21.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.23. Tratando-se de consórcio:

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.23.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.23.5. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Gasolina	65	6,32	R\$ 410,80
Etanol	210	4,367	R\$ 917,15
Diesel S-500	550	7,729	R\$ 4.250,79
Diesel S-10	2700	7,524	R\$ 20.314,22
Fluido de freio, com serviço de troca.	6	46,44	R\$ 278,64
Filtro de ar, com serviço de troca.	6	48,37	R\$ 290,22
Filtro de combustível, com serviço de troca.	6	28,94	R\$ 173,64
Filtro de óleo, com serviço de troca.	6	38,6	R\$ 231,60
Óleo mineral, com serviço de troca.	6	233,2	R\$ 1.399,20
Arla	6	20,96	R\$ 125,76
Total Mensal sem Taxa de Administração			R\$ 28.392,01
Taxa de Administração (3º Quartil)	-2,95%		-R\$ 837,56
Valor Total Mensal			R\$ 27.554,45
Valor Total para 30 meses			R\$ 826.633,51

9.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 826.633,51 (oitocentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação, foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.1.1. O valor estimado referente ao item “Óleo mineral, com serviço de troca”, foi apurado a partir de pesquisa de preços, contemplando os lubrificantes utilizados nos últimos 15 meses;

9.2. No Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC, os valores referenciais adotados para a “taxa administrativa”, foram apurados com base no 3º quartil da distribuição dos percentuais registrados, critério estatístico que 75% dos contratos integrantes da base analisada, apresentam taxas inferiores ao valor de referência calculado, assegurando assim, parâmetro compatível com a realidade de mercado e aderente aos Princípios da Economicidade e da Vantajosidade para a Administração Pública.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380233;

II) Fonte de Recursos: 150.010.001;

III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000/14.421.3815.6146.0000; e

IV) Elemento de Despesa: 339030-27/28/29 e 339039-99.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO MARCILIO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 13:52:41.

GUILHERME AUGUSTO MESQUITA NOGUEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:00:34.

ANEXO III - Modelo de Planilha de Proposta

LOGOMARCA

CNPJ

RESPONSÁVEL

TELEFONE FIXO:

TELEFONE CELULAR:

E-MAIL

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Gasolina	65	6,32	
Etanol	210	4,367	
Diesel S-500	550	7,729	
Diesel S-10	2700	7,524	
Fluido de freio, com serviço de troca.	6	46,44	
Filtro de ar, com serviço de troca.	6	48,37	
Filtro de combustível, com serviço de troca.	6	28,94	
Filtro de óleo, com serviço de troca.	6	38,6	
Óleo mineral, com serviço de troca.	6	233,2	
Arla	6	20,96	
Total Mensal sem Taxa de Administração			
Taxa de Administração (3º Quartil)	%		
Valor Total Mensal			
Valor Total para 30 meses			

ASSINATURA:

CPF:

RG:

ANEXO IV - Modelo de Declarações

LOGOMARCA
CNPJ
RESPONSÁVEL
TELEFONE FIXO:
TELEFONE CELULAR:
E-MAIL

Declaro para os devidos fins que...

ASSINATURA:
CPF:
RG:



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).